

Bancos Comunitários como tecnologias de resiliência: um olhar parcial sobre o microcrédito no Preventório

Marco Rodrigo Ferreira Maciel¹

Luiz Arthur Silva de Faria²

Henrique Luiz Cukieman³

Resumo

Este artigo relata e reflete acerca dos limites e possibilidades dos Bancos Comunitários de Desenvolvimento (BCDs) enquanto ferramentas para a construção de comunidades resilientes. O olhar aqui adotado é o de pesquisadores extensionistas que participam do processo de assessoria a um BCD, por um lado, munidos de pesquisas dentro da tradição dos Estudos de Ciência, Tecnologia e Sociedade (CTS), e em especial daqueles mais conectados à Teoria Ator-Rede. Por outro, os pesquisadores (e este artigo) bebem na fonte de reflexões sobre e com as populações periféricas brasileiras (como as do educador popular Sebastião Rocha Tião Rocha e as de Joaquim Mello, um dos fundadores do Banco Comunitário Palmas), e na produção/adoção de tecnologias por estas populações. O trabalho reúne pesquisas realizadas em 2020 e 2021, enredadas com o projeto URBE-Latam, que reúne universidades do Brasil, Colômbia e Inglaterra buscando preencher a lacuna hoje existente entre ações implementadas para desenvolvimento sustentável local e a resiliência equitativa nas comunidades sujeitas a riscos e vulnerabilidades, tendo o Banco Comunitário do Preventório, situado em Niterói-RJ, como um dos principais parceiros brasileiros. Aqui, lançamos um olhar especial sobre o processo de retomada pelo Banco do Preventório de uma das principais práticas de um BCD, a do microcrédito, que envolveu intenso diálogo entre integrantes do Banco e pesquisadores. Os resultados e reflexões parciais desta pesquisa apontam para conclusões (também parciais) no sentido da necessidade de tradução/adaptação/reinvenção local da metodologia de microcrédito para a sua disseminação em comunidades brasileiras.

Palavras chave: Bancos Comunitários, Microcrédito, Resiliência, Moedas Sociais

Introduzindo resiliências

Por que pensar em Bancos Comunitários de Desenvolvimento enquanto ferramentas de resiliência? Uma primeira resposta se dá porque nós, autores, fomos chamados a fazê-lo a

1 Doutorando na linha Informática e Sociedade pelo Programa de Engenharia de Sistemas e Computação (PESC/COPPE) da Universidade Federal do Rio de Janeiro, marcosrodrigo@cos.ufrj.br. Co-fundador do Banco Comunitário do Preventório, atuou durante o período desta pesquisa como coordenador de campo do projeto URBE-Latam.

2 Doutor pelo Programa de História de Ciências e das Técnicas e Epistemologia (HCTE) da Universidade Federal do Rio de Janeiro, luizart@gmail.com. Atuou durante o período desta pesquisa na frente de economia local do projeto URBE-Latam.

3 Professor da linha de Informática e Sociedade no Programa de Engenharia de Sistemas e Computação (PESC/COPPE) da Universidade Federal do Rio de Janeiro, hcukier@cos.ufrj.br. Atuou durante o período desta pesquisa como coordenador do projeto URBE-Latam no Brasil.

partir da construção e execução de um projeto cujo tema da resiliência é central. O projeto “URBE-Latam: Understanding Risks and Building Enhanced Capabilities in Latin American cities”, detalhado mais adiante, trata-se de uma articulação internacional, com universidades de Inglaterra, Brasil e Colômbia, cujo campo de trabalho no Brasil é o Morro do Preventório, situado em Niterói, Rio de Janeiro. Busca “preencher a lacuna hoje existente entre ações implementadas para desenvolvimento sustentável local e a resiliência equitativa nas comunidades sujeitas a riscos e vulnerabilidades”, tendo o Banco do Preventório como um dos principais parceiros brasileiros⁴.

Partindo de uma visão pragmática de prevenção a riscos físicos/geológicos, pôde-se confirmar já nas primeiras oficinas do projeto (com participação de agentes de Defesa Civil) a importância de pequenas reformas/reparos em residências de áreas de risco. Não apenas nas áreas públicas dessas regiões seriam vitais ações reparatórias, mas seriam desejáveis linhas de crédito tanto para a reconstrução emergencial pós-desastre bem como para prevenção de desastres, voltadas ao financiamento de obras individuais e coletivas com objetivo de reparar efeitos/reduzir riscos (de deslizamentos, desabamentos, incêndios etc.) do território, na perspectiva de uma estratégia de curto e médio prazos.

Uma segunda resposta à pergunta inicial reside em atentar para as traduções locais da noção de “resiliência”, em especial numa periferia urbana vizinha à cidade do Rio de Janeiro. Regiões notadamente portadoras de riscos geológicos, por certo (como os de deslizamento), mas também de práticas cotidianas de sobrevivência, de “levantar, sacudir a poeira e dar a volta por cima” (parafrazeando o samba eternizado em diferentes vozes⁵), ou do “se vira, malandro”⁶. É nesse terreno que emergem muitos dos chamados Bancos Comunitários de Desenvolvimento brasileiros, como o Banco do Preventório. Em sua metodologia, a comunidade seria como um “balde furado”, cujo problema da pobreza passaria pelo costume dos moradores em adquirir produtos e serviços de “grandes marcas” e grandes empresas, de

⁴ O projeto URBE-Latam “envolve três instituições de ensino superior (IES): a Universidade de Warwick, no Reino Unido; a UFRJ, no Brasil; e a Universidade de Antioquia (UdeA), na Colômbia”. Mais em <https://urbe-latam.cos.ufrj.br/sobre/>, acessado em 29/10/2021.

⁵ “Reconhece a queda e não desanima. Levanta, sacode a poeira e dá a volta por cima.” Samba “Volta por cima”, de Paulo Vanzolini.

⁶ Refletindo sobre a formação das periferias urbanas brasileiras, Carlos Lessa propunha uma descrição para a luta pela sobrevivência dessas populações: “[v]ocê vai comprar geladeira quebrada, consertar e vender. Você vai ser geriatra de geladeira, e ele vai ser geriatra de automóvel. Vai ser comerciante na favela. Você vai fazer o quê? Se virar, malandro! [...] Estou falando de um novo conjunto de pobres que estão dentro de uma cidade, precisam de renda monetária, não têm uma relação contratual definida.” (LESSA, 2007)

fora da comunidade, como propõe Joaquim Melo, um dos fundadores do pioneiro Banco Palmas (QUEM..., 2014). Para contrapor essa prática, os BCDs propõe construir “rolhas” para fechar os “buracos do balde” e manter a riqueza no local, na comunidade, o que dá origem às duas principais ferramentas da metodologia dos BCDs: o microcrédito e a moeda comunitária (lastreada com paridade em Reais).

Com tais instrumentos, pode-se pensar BCDs como mecanismos de proteção do comércio local frente às grandes redes de comércio,

feito para proteger o mercado para os fornecedores que moram lá dentro. A Palma só é aceita ali, no Conjunto Palmeiras, bairro com 30 mil habitantes. Aliás, aceito e com desconto. O dinheiro que vem da aposentadoria rural, de quem recebe o Bolsa Família e dos empregos informais. Antes, eles depositavam em um banco fora dali, porque não rende para as instituições convencionais ter uma agência no bairro. As compras eram feitas em grandes redes de varejo. E assim por diante. Eles perceberam que poderiam usar a moeda social para criar um mercado social protegido (SINGER, 2012).

Nesse sentido, nossa hipótese é que os BCDs podem ser vistos como mecanismos de resiliência comunitária para suas populações, não somente do ponto de vista do potencial de prevenção e resposta a riscos e vulnerabilidades, como pelo lado da promoção de potencialidades endógenas - ou, nas palavras do educador popular Sebastião Rocha (Tião Rocha), na filosofia do “copo cheio”⁷.

O presente trabalho é o resultado de um esforço de pesquisa ainda parcial, realizado majoritariamente em 2020 e 2021, que busca examinar tais questões no âmbito do projeto URBE-Latam. Mais precisamente, lançamos aqui um olhar sobre o processo de retomada pelo Banco do Preventório da prática microcrédito. A presente ação de microcrédito consiste em: 1) recriar a metodologia anterior, utilizada entre 2010 e 2016; 2) criar linhas de crédito (micro e nano); e 3) definir políticas de microcrédito e nanocrédito. Utilizamos aqui como fonte de pesquisa nossas vivências enquanto atores do processo, documentos e atas de reunião gerados no período, além de entrevistas com participantes da iniciativa.

Inicialmente, aproximaremos o leitor sobre do Preventório e dos BCDs. Na sessão seguinte, aprofundaremos a discussão do microcrédito, e na sequência discutiremos o processo de retomada do microcrédito pelo Banco do Preventório, em conexão com o projeto URBE Latam.

⁷ Mais em <http://www.cpcd.org.br/portfolio/a-educacao-por-meio-da-filosofia-do-copo-cheio/> . Acesso em 25 out. 2021.

O Preventório e os BCDs

O ano de 2020 foi marcado por uma “nova” pandemia, a do COVID-19. Atribuímos a ideia de novidade para expressar a visão dos movimentos sociais de periferia que atribuem a diversas outras mazelas a adjetivação pandêmica devido a sua presença banalizada entre as populações empobrecidas, apesar de não encaradas desta forma pelos órgãos oficiais.

O Banco do Preventório, oficialmente fundado em setembro de 2011, é uma associação comunitária que atua com finanças solidárias e desenvolvimento local. O Preventório, favela da cidade de Niterói, Rio de Janeiro, formou-se nos anos 1980, principalmente com a ocupação de parte do Morro da Viração, um grande maciço de pedra, em área de mata atlântica, em frente à baía da Guanabara (TORQUATO, 2013). Esta favela está inserida dentro do bairro de Charitas, área nobre com moradias de alto luxo, sendo identificadas como uma das áreas mais caras para se morar do estado do Rio de Janeiro e, portanto, de alto interesse dos mercados imobiliário e turístico⁸. Niterói, cidade importante da região leste fluminense do estado, possui uma forte economia de serviços, sendo um centro de atividades comerciais, bem como industriais, tendo sido capital do estado do Rio de Janeiro até o ano de 1975. Com 487.562 habitantes, segundo o Censo do IBGE de 2010, Niterói destaca-se por ter o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) mais alto no estado (0,88671).

Segundo a Rede Brasileira de Bancos Comunitários (RBBC)⁹ (2007), os “Bancos Comunitários de Desenvolvimento são serviços financeiros em rede, de natureza associativa e comunitária, voltados para a geração de trabalho e renda numa perspectiva de organização das economias locais, tendo por base os princípios da economia solidária”.

1. É a própria comunidade quem decide criar o banco, tomando-se gestora e propriedade do mesmo;
2. Atuam sempre com duas linhas de crédito, uma em reais e outra em moeda social circulante;
3. Suas linhas de crédito estimulam a criação de uma rede local de produção e consumo, promovendo o desenvolvimento endógeno do território.
4. Apoiam os empreendimentos em suas estratégias de comercialização

⁸ <https://www.atribunarj.com.br/charitas-e-o-bairro-mais-valorizado-de-niteroi/>. Acessado em 01/10/2021.

⁹ Rede que articula organizações, em todo o país, que desenvolvem Bancos Comunitários e/ou pesquisam a este respeito. Ver em: <https://www.institutobancopalmas.org/rede-brasileira-de-bancos-comunitarios/>, acessado em 08/08/2021

(feiras, lojas solidárias, central de comercialização e outros);

5. Atuam em território caracterizado por alto grau de exclusão, vulnerabilidade e desigualdade social;

6. Estão voltados, sobretudo aos benefícios de programas assistenciais governamentais e de políticas compensatórias; e

7. Sua sustentabilidade, em curto prazo, funda-se na obtenção de subsídios justificados pela utilidade social de suas práticas.

Os BCDs são uma experiência originária da comunidade¹⁰ e representam uma relevante contribuição para construir possibilidades de um sistema financeiro solidário. Formam igualmente um importante instrumento na busca de uma solução para dois problemas: o acesso a financiamento e o apoio ao desenvolvimento de práticas de economia solidária que criam laços de confiança mútua (SINGER, 2013).

O microcrédito é instrumento importante para o desenvolvimento da economia local, uma das ferramentas mais potentes da ação dos BCDs. Cada BCD deve criar sua metodologia e conseqüentemente seu programa de microfinanças. As microfinanças são caracterizadas por produtos financeiros para as populações pobres, por exemplo, microsseguros de vida (particularmente vida e saúde), microcrédito (nosso exemplo) e micropoupanças. O microcrédito é definido como empréstimos de pequeno valor, direcionados a um público específico, definido por sua baixa renda ou pelo seu ramo de negócios, que usualmente não têm acesso às formas convencionais de crédito em bancos privados, agências de fomento público, e, inclusive, em bancos públicos. O microcrédito é ofertado, em geral, por organizações da sociedade civil, programas públicos com a sociedade civil - em experiências mais recentes, mesmo por linhas de crédito de bancos comerciais. Cada um destes desenvolve sua metodologia para atingir os mais vulneráveis socioeconomicamente (FERREIRA, 2018).

Nos BCDs o microcrédito tradicionalmente segue duas modalidades: a primeira para consumo, que é caracterizado pela urgência, e a segunda para o empreendimento (FRANÇA FILHO; LEAL; RIGO, 2015). A proximidade física é parte da metodologia do microcrédito solidário feito nas favelas, em que se priorizam associações entre pessoas de maneira a fortalecer os vínculos nos territórios. Tal abordagem difere dos mecanismos impessoais que priorizam o individualismo e o interesse material na relação, segundo França Filho (2013). A

¹⁰ O primeiro Banco Comunitário do país foi criado no conjunto Palmeiras, comunidade na periferia de Fortaleza há mais de duas décadas. Ver em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Banco_Palmas

modalidade do consumo é caracterizada pelo uso de moedas sociais circulantes locais. As moedas sociais dos BCDs são historicamente criadas pela própria comunidade para manter a renda no território, redistribuindo-a e, com isso, combatendo a pobreza. A moeda social segue o padrão segundo o qual cada unidade corresponde a 1 (um) Real (R\$), o que chamamos de paridade entre a moeda social e a moeda nacional. Neste modelo, o dinheiro ganha uma nova função social, visto que seu uso está condicionado ao desenvolvimento local.

Ressalta-se que, nesta metodologia dos BCDs, é necessário mobilizar os recursos locais para formar um fundo em Reais para lastrear a moeda social. O lastro é o fundo garantidor em reais (R\$), equivalente à quantidade de moedas sociais em circulação (INSTITUTO PALMAS, 2008); ele pode ser construído por meio de doações, atividades comunitárias (almoços, rifas, sorteios, bingos, festas), captação de recursos (projetos e fomentos) não governamentais, contratos ou convênios com bancos públicos, cooperação internacional e outros. A formação do fundo está relacionada à capacidade organizativa e criativa das pessoas pertencentes às organizações gestoras dos BCDs e da própria comunidade. A emissão de moedas sociais consiste numa operação financeira, visto que é necessário manter a paridade com a moeda nacional. O sistema de circulação da moeda social deve ser confiável e garantido para que tenha credibilidade e legitimidade na comunidade, o que é de extrema importância para o sucesso deste instrumento.

As ferramentas do microcrédito e das moedas sociais são importantes para o próprio funcionamento do Banco do Preventório. Neste sentido, iniciamos em novembro de 2020 a reimplantação do programa de microcrédito com a recriação da metodologia com foco nas linhas produtivas, sendo elas: produção/serviços e cultural (já implantadas) e obras e reformas (prevista para novembro de 2021), nanocrédito (crédito para as mães, dezembro/2021) e consumo (dezembro/2021).

Microcrédito: uma busca para apoiar as economias locais.

Na segunda metade do século XX, governos do mundo inteiro fracassaram na tentativa de implementar políticas de microcrédito que tinham como objetivo combater a pobreza, sendo o crédito subsidiado pelo estado (NERY, 2008). Para o autor, a ineficiência, as taxas subsidiadas, a corrupção e os custos crescentes, são apontados como fatores geradores desse malogro. A partir da experiência do Grameen Bank isso foi mudando - considerando suas

importantes contribuições metodológicas e inovações no campo das microfinanças (NERY, 2008). O Grameen Bank é um marco para o desenvolvimento do microcrédito, fundado em 1976, sendo o primeiro banco do mundo especializado em microcrédito. Também conhecido como banco do povoado, foi fundado pelo economista bengalês Muhammad Yunus, que cunhou o termo microcrédito. O termo ao longo do tempo foi descaracterizando-se à medida que qualquer tipo de banco passou a usar este termo. A descaracterização foi se dando, porque a ideia inicial do conceito de microcrédito estava em encontrar pessoas pobres com absoluta falta de acesso ao crédito (SPIEGEL, 2010).

As microfinanças podem ser definidas como serviços financeiros para as pessoas excluídas do sistema bancário tradicional. Microcrédito, microsseguros, micropoupanças e outros, são exemplos de serviços financeiros caracterizados como microfinanças, cujos clientes são pequenos empreendimentos (microempreendimentos) que assumem riscos com seus pequenos ativos. Com o advento de novas tecnologias, tornou-se possível a criação de sistemas e métodos de avaliar e monitorar o risco dos microempreendimentos, viabilizando-se operações financeiras mesmo com poucas garantias apresentadas. Uma das dificuldades tradicionais na concessão de crédito é a assimetria de informações entre o tomador e o credor: eles não se conhecem e precisam de mútua confiança para realizar a operação e/ou devem ser apresentadas garantias como forma de minimizar os custos dos processos de monitoramento de crédito. A grande dificuldade das pessoas pobres é que seus ativos não são considerados como garantias válidas na forma que o mercado (setor bancário tradicional) deseja, ou seja, mais um fator que reforça a exclusão financeira.

Outra visão sobre o microcrédito é que ele pode ser um instrumento importante para combater as desigualdades no acesso ao crédito e uma política pública emancipadora. Segundo Neri et al (2008, p. 33):

suas características combinam virtudes admiradas por correntes de pensamento as mais diversas. Enquanto pessoas mais à esquerda destacam aspectos como o foco na comunidade e nas mulheres, e a ajuda aos menos favorecidos, as mais à direita salientam a ideia de reduzir a pobreza com incentivos ao esforço e trabalho, seu aspecto não-governamental e o uso de mecanismos de mercado.

Ainda sobre o microcrédito, notamos que existe uma ideia de que, com recursos para seus investimentos, os pobres podem sair da pobreza estrutural que o sistema impõe. Todavia não é suficiente. Na visão de muitos autores as microfinanças, em especial o microcrédito, são

algumas das formas mais proeminentes de combater a pobreza, porém não se sobrepõem às políticas públicas. Um aspecto relevante do microcrédito dos Bancos Comunitários é que ele segue duas modalidades: a primeira para o consumo, que é caracterizado pela urgência, e a segunda que é para o empreendimento (FRANÇA FILHO; LEAL; RIGO, 2015).

É importante relacionar que nos BCDs, em sua maioria, o microcrédito para o consumo é em moedas sociais circulantes locais, inclusive no Banco do Preventório. Além disso, são consideradas as relações de proximidade para que se obtenha nos BCDs tanto o microcrédito como outros serviços, visto que estão integrados ao contexto social e econômico do território em que estão inseridos, fazendo parte dele. Sobre as relações de proximidade, constituem-se em associações entre pessoas onde os vínculos são fortalecidos nos territórios, diferente dos mecanismos impessoais que priorizam o individualismo e o interesse material na relação, segundo França Filho (2013).

Construir um programa de microcrédito local vinculado a uma organização comunitária pode ser um instrumento importante para a resiliência da comunidade. Desde sua fundação, o Banco Preventório buscou meios para implementar um programa¹¹ próprio de microcrédito no Morro do Preventório. Iniciou o microcrédito em 2011, suspendendo-o em 2016. Para compreender o retorno do microcrédito neste momento, é preciso entender o que levou à sua suspensão. Importante constatar

que houve dificuldade de obter novos recursos para o fundo de investimento comunitário do Banco e que isso levou ao encerramento deste serviço até que a organização consiga levantar novo aporte ao fundo. Neste período, o Banco buscou captar recursos por meio de editais e parcerias, porém não foram suficientes para voltar com essa função, mas apenas manter outras atividades desenvolvidas pela organização (FERREIRA, 2018, p.73).

Tal dificuldade na obtenção de recursos não foi a única razão que levou à suspensão do microcrédito. Entre outras razões, destacamos como exemplo: a baixa remuneração por operações, devido a tarifas e taxas muito baixas; e aspectos da metodologia¹² de concessão

¹¹ Considerei este termo porque existem várias modalidades de microcrédito, tais como consumo, obra/reforma, produtivo, cultural, etc.

¹² A Rede orienta que cada Banco construa sua política de microcrédito, e notamos que esta orientação não foi seguida corretamente. O Banco do Preventório reproduziu tabelas e tarifas aplicadas em outras realidades (outras comunidades). Neste momento o Banco está criando uma política própria. Consideramos que a ausência de uma política de microcrédito pode ter causado dificuldades para a ação de microcrédito que foi interrompida. Além disso, notamos o uso de taxas muito baixas e aprovação apenas com referências pessoais que vinculadas a empreendimentos.

de microcrédito que não correspondiam à realidade do morro do Preventório (FERREIRA, 2018), bem como a dificuldade de construir grupos de aval solidário.

Observamos que o primeiro ano apresentou maior índice de inadimplência, que chegou a 15,38%, e a mesma foi caindo até chegar no valor nulo, em 2016. Os 3 primeiros anos apresentam o maior número de concessões de microcrédito e, nos 3 últimos, existe uma queda vertiginosa; no ano de 2017 não há mais operações. Questionando os gestores sobre este problema, indicaram que a razão para a diminuição de microcrédito que, inclusive, levou a suspender essa atividade, está vinculado à falta de novos projetos que pudessem cobrir os custos de manutenção do Banco. Além disso, a remuneração das operações é baixa e não consegue pagar todas as despesas, bem como seria necessário um volume maior de operações para ampliar a receita (FERREIRA, 2018, p. 75).

Os microcréditos variavam em valor entre 100 a 800 Reais, distribuídos em 6 parcelas, e, ainda que houvesse valores maiores, todavia eram uma exceção. As despesas operacionais do Banco Preventório eram e ainda são sustentadas por projetos e não pelo rendimento das operações de microcrédito. Quando estes projetos acabam e não se renovam, o fundo de investimento comunitário é consumido com as despesas operacionais, sendo elas luz, telefone, aluguel, internet, recursos humanos e materiais de escritório, em geral. Vale dizer que tal situação, que gerou a suspensão desta ação na primeira tentativa poderia ter outro enquadramento, com a apoio de políticas públicas como é realidade em outros países (FARIA, 2018)¹³.

Tentando embalar mais uma vez o microcrédito

À luz de alguma razões que foram apontadas na seção anterior como precursoras da suspensão do microcrédito, iniciou-se em 2019 uma nova jornada na tentativa de retomá-lo, com a participação de um novo ator: o Laboratório de Informática e Sociedade (LabIS)¹⁴ da linha de pesquisa em Informática e Sociedade, integrante do Programa de Engenharia de Sistemas e Computação (PESC)/ COPPE/ Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

¹³ Ressaltamos que se deve considerar que a inadimplência dos microcréditos consomem o rendimento das operações. Na primeira tentativa, as taxas estavam entre 0% a 2,5% ao mês aplicados a juros simples, gerando pouco rendimento para o fundo de investimento comunitário.

¹⁴ No site do LabIS encontramos a seguinte descrição: "O Laboratório de Informática e Sociedade - veio se configurando ao longo de uma caminhada que remonta aos trabalhos e investigações da linha de pesquisa em Informática e Sociedade (IS) do Programa de Engenharia de Sistemas e Computação (PESC) da COPPE/UFRJ." Em: <https://is.cos.ufrj.br/labis/>, acessado em 04/05/2021.

Entre 2016 e 2020, o Banco Preventório ensaiou algumas tentativas de levantar recursos para reiniciar a atividade de microcrédito, como no caso do projeto Cafofo¹⁵. Como poucas operações foram realizadas pelo projeto Cafofo devido à pandemia, os recursos arrecadados não foram suficientes para sua utilização em microcrédito, porém foram importantes para manter as despesas mensais do Banco, potencializando suas ações de solidariedade¹⁶ que tomaram grandes proporções durante a pandemia.

A reconfiguração da rede conectando o Banco a laboratórios de pesquisa, líderes comunitários, ativistas, movimentos sociais e organizações locais intensificou-se no segundo semestre de 2019¹⁷, a partir de seminários, encontros e o início do projeto “URBE-Latam: diálogos sobre potencialidades e riscos socioambientais em cidades da América Latina”¹⁸. O Banco do Preventório passou a ser parceiro na execução deste projeto, cujo objetivo é aumentar a resiliência das comunidades do Morro do Preventório e da Favela *El Pacífico*, em *Medellín*, Colômbia, no enfrentamento de situações de desastres e calamidades socioambientais. No Preventório, escolhemos a retomada das ações de microcrédito e moedas sociais como medidas de aumento da resiliência local.

Aproximando o foco, nos dias 03, 04 e 05 de fevereiro de 2020 foi lançado o projeto URBE-Latam com um seminário realizado primeiramente no morro do Preventório e na UFRJ, seguido imediatamente por mais três dias em *Medellín*. Naquele momento iniciamos uma nova etapa que logo foi interrompida, ou não, pela pandemia. Este “ou não” deu-se pela rápida adaptação ao novo momento, batizado popularmente de “novo normal”. Mal iniciávamos o URBE-Latam, e já pensávamos em ter que interrompê-lo. Ainda a reação comunitária foi pela continuidade das ações de resiliência, que tomaram outro rumo diante da fome e da falta de renda, associadas a total ausência de medidas dos governos estadual e federal, especialmente nos primeiros meses, à exceção das medidas municipais¹⁹.

¹⁵ Projeto foi apresentado ao financiador Enel - concessionária de distribuição de energia elétrica em Niterói - em maio 2018 e iniciado em maio do ano seguinte, tendo como objetivo “desenvolver oportunidades de negócios comunitários a partir da recuperação e comercialização dos materiais que são normalmente encaminhados para a reciclagem, mas que poderiam ainda ser reutilizados, tais como móveis, livros, brinquedos, roupas, artigos de cozinha, eletroeletrônicos e outros”. Os valores decorrentes das vendas do projeto destinavam-se a recompor o fundo solidário de microcrédito.

¹⁶ Sobre as ações de solidariedade, acessar o site: www.comite.bancopreventorio.org.br e o instagram @comitesolidariedade.

¹⁷ A pandemia do COVID-19 no ano de 2020 intensifica ainda mais as aproximações das redes de contatos existentes, assim como traz novas conexões.

¹⁸ Mais detalhes em : <https://is.cos.ufrj.br/urbe-latam/>, acessado em 04/05/2021.

¹⁹ A prefeitura de Niterói criou um grande programa de renda básica temporária: “O Renda Básica Temporária e Busca Ativa atendem cerca de 50 mil famílias, que recebem um cartão que pode ser

Essas mudanças inesperadas demonstram como estamos inseridos em um rizoma, sem o controle das ações e do que pode acontecer. “Seguir sempre o rizoma por ruptura, alongar, prolongar, revezar a linha de fuga, fazê-la variar, até produzir a linha mais abstrata e a mais tortuosa, com n dimensões, com direções rompidas” (DELEUZE, GUATTARI. p. 19). Aliás, basta olhar para a paisagem do morro para constatar que a maneira de ocupar o território do Preventório que foram encontrando seus moradores à medida que ali chegavam para construir suas moradias seguiu (e continua seguindo) mais propriamente as linhas de um rizoma que as de um planejamento prévio e centralizado.

O Banco iniciou uma campanha para arrecadar fundos para compra de alimentos e sua distribuição para as famílias mais necessitadas em função de sua maior vulnerabilidade²⁰. A distribuição das cestas básicas pelo Comitê de Solidariedade e Lutas foi compreendida como uma estratégia de mobilização, organização, criação de afeto e solidariedade, fortalecimento da rede solidária e desenvolvimento local, gerando renda (a compra das cestas é feita nos comércios locais, assim como também foram adquiridos produtos da agricultura familiar) e amenizando a pobreza. Esta ação, iniciada no final de março de 2020, estendeu-se até dezembro, quando foram realizadas muitas entregas de cestas básicas. Desde janeiro de 2021 e perdurando até abril, houve um forte declínio da distribuição de cestas, todavia retomada a partir de maio de 2021.

Entre os meses de março e abril de 2020, surgiu a oportunidade de inscrever o Banco/Comitê²¹ em um prêmio da Escola Nacional de Administração Pública (ENAP²²) destinado a iniciativas inovadoras de combate à COVID-19. Apresentaram-se 598 projetos, dos quais 14 foram selecionados, dentre eles o nosso projeto "Micro/nanocrédito comunitário +

usado em mercados e farmácias. Todo mês é depositada a quantia de R\$ 500 pela prefeitura”, segundo a prefeitura de Niterói. Em: A prefeitura de Niterói criou um grande programa de renda básica cidadã. Em: <http://www.niteroi.rj.gov.br/2021/03/08/prefeitura-de-niteroi-investira-mais-r-164-milhoes-para-prorrogacao-de-renda-basica-busca-ativa-e-empresa-cidada/>, acessado em 01/05/2021.

²⁰ Ampliou-se a rede a partir da ideia de solidariedade, envolvendo àquele momento diversas favelas, movimentos sociais e a agricultura familiar, uma mobilização e organização que resultou na criação do Comitê de Solidariedade, Ações e Lutas. As ações do Comitê alcançaram 3 municípios vizinhos, compreendendo aproximadamente 1600 famílias e 7200 mil pessoas. As reuniões que aconteciam do Comitê tinham a presença de voluntários, sendo eles: líderes comunitários e pessoas, em geral. Durante as reuniões do Comitê foram organizados grupos de trabalho para seu melhor funcionamento, tais como grupos de comunicação, de compras, de líderes comunitários, de editais/captação de recursos, etc. Semanalmente os grupos apresentavam os resultados de seus trabalhos e eventualmente faziam novas proposições. Mais em: <https://comite.bancopreventorio.org.br/>, acessado em 01/05/2021.

²¹ O Comitê é um movimento sem formalização jurídica e, portanto, muitas ações do Comitê, quando necessitam de formalidade, apresentam o CNPJ do Banco.

²² Acesse: <https://www.ena.gov.br/pt/acontece/noticias/sairam-os-vencedores-do-desafios-covid-19> .

ações comunitárias". Esta foi a segunda tentativa de recompor o fundo solidário, desta vez bem-sucedida, pois em junho do mesmo ano o Banco recebeu o valor de 20 mil reais referente ao prêmio, pagos pelo ENAP, e em julho mais 50 mil complementado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), totalizando 70 mil reais.

Apesar do fundo solidário ter sido recomposto, as ações do Banco permaneciam muito engajadas no combate à fome e na tentativa de implementar a moeda social por meio da compra de itens de alimentação, conforme já comentado anteriormente. Com o passar dos meses, surgiu uma preocupação com a demora em iniciar o microcrédito, incluindo o temor de possíveis cobranças dos financiadores (ENAP e BNDES). Esta discussão sobre o não início das atividades de microcrédito sempre esteve presente em nossas reuniões semanais, porém a equipe do Banco e os voluntários nas ações comunitárias, em grande parte líderes comunitários que não tinham vivenciado a experiência anterior do microcrédito²³, ainda não viam as condições para materializar tal ação²⁴. Por outro lado, o núcleo de graduandos e pós-graduandos do LabIS tinham mais acúmulo de discussões acerca de moedas sociais (em comparação com o microcrédito), temática de difícil (re)implantação na comunidade naquele momento²⁵.

Finalmente, entre 2 de outubro e 24 de novembro foram realizados 9 encontros virtuais específicos ("Rodas do Microcrédito"), cada um de 2 horas (com a participação de 5 a 10 pessoas por encontro) com o objetivo de definir conjuntamente as regras do microcrédito a serem divulgadas na comunidade. As oficinas foram conduzidas por dois pesquisadores do LabIS na condição de facilitadores, sendo inspiradas em pesquisas sobre o *design* participativo para a produção de artefatos de *software*. Em cada encontro, era utilizado um quadro virtual *JamBoard* (ferramenta gratuita online, disponibilizada pela *Google*) com um tema, sobre o qual os participantes trabalhavam. Em geral, o tema era apresentado aos participantes, que tinham um tempo (5 a 10 minutos) para escreverem diretamente no quadro com "post-its" virtuais. Na sequência, os facilitadores buscavam estimular os participantes a justificar e explicar cada tema escrito no quadro. O processo implicava na discussão, no aglutinamento,

²³ O Banco realizou operações de microcrédito no período que compreende 2011 a 2016.

²⁴ Naquele período a equipe do Banco estava muito envolvida com apoio aos voluntários e líderes comunitários, sendo assim imersa nas ações de solidariedade. Também foi necessário reforçar essa equipe posteriormente, com a entrada de três jovens bolsistas.

²⁵ Além da pandemia, que dificultaria campanhas presenciais explicativas na comunidade, havia indefinições relacionadas a atualizações da moeda social digital da RBBC, o E-Dinheiro.

na validação ou na exclusão dos temas colocados. Ao final, o processo buscava registrar uma estabilização provisória daquele tema para o grupo, gerando entendimentos coletivos sobre os temas propostos.

Nestas reuniões, passado o período de debates, seguimos para atividades mais práticas indicadas como “o mínimo para iniciar o microcrédito”, mínimo apelidado de “feijão com arroz”. Notamos que foi necessário adotar este apelido porque, não raras vezes, o grupo “saía do chão”, podendo-se dizer que seguir o caminho da simplicidade, paradoxalmente, não é tão simples. Com o mote do “feijão com arroz”, a ação do microcrédito finalmente foi efetivamente retomada em novembro de 2020²⁶.

Um novo fluxo e uma nova estabilização para o microcrédito

Optamos pela metodologia do aval solidário em todas as operações de novos empreendedores. No aval solidário, o crédito é concedido a um grupo de empreendedores que morem ou trabalhem próximos e que confiem uns nos outros. Esta união e proximidade possibilita o aval solidário, a saber, a garantia conjunta para o pagamento das prestações.

Escolhemos a metodologia do aval solidário, porque é um formato muito difundido, com experiências em todo mundo, inclusive algumas dessas experiências ganharam notoriedade, como é o caso do *Grameen Bank*, em *Bangladesh*, Índia, vencedor do prêmio Nobel da Paz (SPIEGEL, 2010). No Brasil temos o Banco do Nordeste que também é referência nas ações de microcrédito com aval solidário. A Rede Brasileira de Bancos Comunitários também incentiva o uso da metodologia do aval solidário, mas é importante criar um programa com regras e padrões do local. A metodologia de microcrédito solidário é algo

²⁶ Após tal estabilização, as reuniões passaram a ser mais frequentes e curtas (carinhosamente chamadas de “bumbinho”, uma reunião rápida de cerca de 30 minutos), depois retornando à periodicidade semanal e duração de 60 minutos. Vale dizer que outra tentativa bem sucedida de recompor o fundo de microcrédito e reconquistar uma sede local das ações do Banco foi o matchfunding do Enfrente. O matchfunding do Enfrente consistiu na inscrição e aprovação do Banco numa campanha de arrecadação de doações onde a cada 1 real doado, a organização recebia mais 2 reais. A meta do Banco era chegar a 90 mil reais no total e foi alcançada. A plataforma de vaquinhas online Benfeitoria foi a responsável pelas campanhas e o incremento de doações de 2 reais foi feito pela Fundação Tide Setubal. O Banco recebeu cerca de 90 mil no primeiro ano que foi usado para construir a sede. Nos próximos dois anos o Banco terá que atingir metas de doações que ultrapassem os 90 mil reais e estes valores serão convertidos em fundos de microcréditos. Saiba mais em: <https://benfeitoria.com/bancopreve>, acessado em 10/08/2021.

inacabado e deve ser feita conforme a realidade de cada local (MAGALHÃES, MELO NETO, 2006).

Além disso, criou-se uma categoria nova que é o aval de liderança: nesta categoria, o líder comunitário ligado ao Banco pode indicar um empreendimento para tomar o microcrédito, todavia com sua co-responsabilidade, o empreendimento deve apresentar também mais um outro garantidor solidário (outra referência que irá assinar o contrato do microcrédito em conjunto com o tomador e o líder). Para a organização local, o líder é uma pessoa que está envolvida nas diversas atividades do Banco, fazendo parte de sua rede.

As linhas de microcréditos que escolhemos para ofertar são: consumo em moeda social; giro rápido (nanocrédito); obras/reformas; produção e cultural. As linhas de microcrédito compõem a política de crédito e podem ser refeitas a todo tempo. Um exemplo disso é que na última reunião da equipe de microcrédito, em 11/06/2021, aprovou-se a criação de uma linha específica para mães da favela com valor de até trezentos reais (R\$ 300,00). Na mesma reunião do dia 11/06/2021 foi aprovado a ampliação das linhas de microcrédito produtivo com novas faixas: a primeira de até oitocentos reais (R\$ 800,00) passou para mil reais (R\$ 1000,00); a segunda de até dois mil reais (R\$ 2000,00) e a terceira de até três mil reais (R\$ 3000,00). Tais faixas consideram um estudo que está sendo feito por uma equipe local denominado mapeamento econômico, onde se busca criar as categorias comunitárias de pequeno, médio e grande comércio.

Algo que gerou grande debate foi a linha de microcrédito “giro rápido”, denominado também de nanocrédito, por ser a única opção que tem devolução semanal e valor muito pequeno. A razão dos debates foi a inovação²⁷ da devolução em período muito curto (uma semana), inspirada na metodologia de bancos de povoados criada a partir do Grameen Bank em Bangladesh (YUNUS, 2000). Realizamos três experiências bem sucedidas de nanocrédito com grupos de mulheres em situação de vulnerabilidade, pertencentes a um coletivo de mulheres, o Donas²⁸ da Parada, em uma favela de São Gonçalo, Rio de Janeiro, chamada Parada de São Jorge. Três grupos tomaram os nanocréditos e pagaram pontualmente. Já foram realizados três microcréditos com aval da liderança, além de dois pedidos não

²⁷ É a primeira vez que será testada essa linha de microcrédito no Preventório.

²⁸ O Donas da Parada é coletivo de mulheres que se reuniram na pandemia para ajudar outras mulheres em situação de vulnerabilidade. Esses nanocréditos tomados foram usados para comprar itens para produção de alimentos que foram comercializados posteriormente.

atendidos, um cancelado pelo demandante e outro negado pelo comitê de análise comunitário (CAC). Consultando a planilha de registro dos microcréditos, verifica-se que temos um total de R\$27.529,00 solicitados em 27 pedidos, dos quais 15 foram aprovados pelo CAC (9 para produção, 4 para construção/reforma, 1 da linha eventos culturais), totalizando R\$13.854,05 emprestados (incluindo 7 empréstimos já quitados).

Abaixo segue a Tabela 1 que é utilizada no microcrédito/nanocrédito, onde notam-se as opções/linhas e os critérios de aval:

Construção/Reforma Produção Eventos Culturais			
	Aval Solidário	Aval de liderança	Aval de referência
Taxa adesão / Taxa comunitária	1,50%	3,00%	4,50%
Juros a.m.	2,00%	4,00%	6,00%
Caução / Garantia (anti-inadimplência)	8,50%	8,50%	8,50%
NanoCreditoProdutivo			
	Aval Solidário	Aval de liderança	Aval de referência
Taxa adesão / Taxa comunitária	1,50%	2,00%	3,00%
Juros a.m.	2,00%	4,00%	6,00%
Caução / Garantia (anti-inadimplência)	0,00%	0,00%	0,00%
Consumo			
	Aval Solidário	Aval de liderança	Aval de referência
Taxa adesão / Taxa comunitária	1,50%	2,00%	3,00%
Juros a.m.	0,00%	0,00%	0,00%
Caução / Garantia (anti-inadimplência)	0,00%	0,00%	0,00%

TABELA 1 - opções/linhas e os critérios de aval

As modalidades de microcrédito/nanocrédito, os valores, periodicidade de pagamento, o parcelamento, as taxas e a forma de análise que estão descritos na tabela foram elaborados após extenso debate entre os participantes. Havia dúvidas sobre as taxas que seriam aplicadas e especialmente os valores, assim como seria o aval. Criamos em consenso uma taxa de adesão que chamamos de taxa comunitária no valor de 1,5%, que apoia a manutenção do fundo solidário de desenvolvimento comunitário. Além disso, preocupados com a inadimplência, criamos a caução solidária com taxa (8,5%) a ser devolvida no encerramento do microcrédito, no caso de não ter havido inadimplência. Consideramos a

caução uma inovação metodológica na forma que está sendo aplicada, porque uma das preocupações da política de microcrédito do Banco é a de manter uma política de juros abaixo de mercado. Sendo assim a devolução ao final permite ao morador tomar um crédito que é solidário em relação ao mercado. As taxas são baixas e têm juros simples, sendo a caução devolvido;

Vale dizer, o microcrédito iniciou sua operação em Reais, sendo que os empréstimos em “E-Dinheiro Prevês” estavam previstos com taxas menores, de forma a estimular o uso da moeda local. Realizadas novas discussões, foi estabelecido que todo novo microcrédito passaria a ocorrer em E-Dinheiro.

Algumas impressões sobre a experiência de reimplantação do microcrédito

Em várias partes do presente texto fazemos referências a um grupo, um coletivo, uma rede, e é isso que estamos investigando nesta seção, a saber, como os participantes envolvidos têm percebido o experimento de reimplantação do microcrédito. Uma vez que o objetivo deste artigo é seguir o processo de (re)implantação do microcrédito pelo Banco Comunitário no Preventório, faz-se necessário entender como se desenvolveu o processo que se desenvolveu para conceber e implantar o microcrédito. Portanto, realizamos entrevistas com roteiro semiestruturado, que foram realizadas com 6 participantes da ação de microcrédito. Criamos um roteiro único com questões divididas em blocos, como se pode ver na Tabela 2 abaixo:

I - Motivações	Que importância você vê na ação de microcrédito empreendida pelo Banco do Preventório no contexto do projeto URBE-Latam?
II - Desafios	Quais dificuldades e ou desafios você vê para que essa ação de microcrédito se materialize?
III - Experiências	Que aprendizados e experiências você observou no desenvolvimento de processo/ação de microcrédito?
IV - Observações	Descreva outras observações.

Tabela 2 - roteiro semiestruturado para entrevistas

Investigando as respostas sobre as motivações (Bloco I - “Que importância você vê na ação de microcrédito empreendida pelo Banco do Preventório no contexto do projeto URBE-Latam?”), destacamos a melhoria da resiliência dos moradores para empreender e melhorar as suas casas²⁹. Segundo José Marcos (2020), “essas melhorias geram maior resiliência, maior capacidade de enfrentar adversidades, como possíveis desastres naturais ou como a crise gerada atualmente pela pandemia do coronavírus (COVID-19)”.

Quanto à segunda pergunta sobre os desafios (Bloco II - “quais dificuldades e ou desafios você vê para que essa ação de microcrédito se materialize?”), destacamos que todas as respostas trouxeram o momento da pandemia como um criador de grandes dificuldades para executar o trabalho do microcrédito. Outra questão relevante foi a necessidade de formar uma equipe mínima. Neste sentido, Luiz Arthur (2020) comentou que “o grande desafio é estabilizar uma equipe local”.

Nas respostas à pergunta sobre as experiências vividas (Bloco III - “que aprendizados e experiências você observou no desenvolvimento de processo/ação de microcrédito?”), notamos diversos olhares. Maria Hosana (2020) respondeu que “estamos estudando todos juntos o microcrédito, construindo-o da forma que a gente quer, mesmo em tempos de pandemia”. Já Marianna Quintanilha (2020) apontou que “pude observar que esta modalidade de crédito dá oportunidade a classes sociais menos favorecidas que em bancos comuns não seriam ouvidas e não receberiam esta oportunidade para crescer com o próprio negócio dentro da comunidade”. Em tom crítico, José Marcos opinou que “colocamos o carro na frente dos bois... Na minha opinião, não deveríamos ter feito os workshops antes de definir quem são ‘os donos do osso’ do microcrédito”.

Chegamos à quarta e última pergunta relacionada às observações diversas de cada participante. Hosana expressou sua preocupação: “A formação de grupos de aval é algo difícil, porque às vezes a pessoa não quer fazer junto com outra. Dá para fazer mas é complicado, especialmente na pandemia”. Já Marianna argumentou que o microcrédito pode ajudar pessoas de outras comunidades: “o microcrédito dá chance de pessoas de comunidades, como a do Preventório, poderem empreender no lugar onde vivem. Isso faz com que aumente a circulação de dinheiro na localidade, melhorando a qualidade de vida dos moradores”. Notamos observações sobre a quantidade de ações do Banco e seu potencial, como na

²⁹ Nota-se a importância de crédito para a melhoria de suas casas (obras e reformas).

resposta de Luiz Arthur (2020): “a questão de ter muitas ações ao mesmo tempo no Preventório é ótimo. O desafio é coordenar essas ações para que uma some com a outra e não a atrapalhe”. Já José Marcos considerou que “não podemos perder de vista o potencial que o Banco tem de ser um catalisador de diálogos nas comunidades... Mas tem que engajar e incorporar de forma definitiva mais gente”.

Considerações finais

Iniciamos este artigo buscando refletir acerca dos bancos comunitários enquanto ferramentas para construção de resiliências locais. Para isso, resgatamos as teias emboladas desta história de (re)construir a ação de microcrédito no Morro do Preventório. Destacamos a importância de ter uma equipe do Banco dedicada ao desenvolvimento da experiência e a dificuldade de implementar esta ação durante a pandemia. Notamos que existem recursos de pelo menos três projetos (URBE-Latam, ENAP e Enfrente) para contratar pessoas que possam ser agentes de desenvolvimento comunitário e/ou para melhorar o suporte a todas áreas, aperfeiçoando as áreas-meio da organização³⁰.

De certa forma, o Banco precisará robustecer seus quadros para dar conta do objetivo de criar um programa de microcrédito que se popularize. Adicionalmente, a pandemia é um fator que não pode ser desconsiderado por ser um risco à saúde da equipe e de toda a comunidade. Encontramos depoimentos sobre como tem sido difícil organizar as ações do Banco durante a pandemia, até porque pessoas já contraíram a COVID-19 durante este período e a vacinação é insuficiente.

Ainda, conseguimos resgatar aspectos importantes da discussão e da ação de implementação do microcrédito. Observamos evidências de que houve momentos onde o foco se perdeu e foi necessário ajustar os rumos, como algumas das entrevistas ajudaram a compreender. Os participantes do experimento são pessoas bem diferentes entre si, sendo eles, jovens estudantes, pesquisadores já experientes, profissionais de mercado e líderes comunitários. Assim, a interdisciplinaridade e heterogeneidade da equipe do microcrédito tem contribuído muito para “tirar do papel” o microcrédito solidário.

³⁰ As áreas meio são: contabilidade, jurídico e comunicação.

Observamos que a reimplantação do microcrédito na favela é algo muito complexo. Podemos enquadrar essa experiência dentro do campo CTS e, é importante notar que se está, quase sempre, construindo saídas inventivas (RUFINO, 2020) no desenvolvimento dessa tecnologia. Além disso, poderia se considerar a ação de microcrédito nas favelas como um contra-laboratório (LATOURE, 1974). Aqui a ideia de contra-laboratório se encaixa bem, se compararmos com os bancos tradicionais dentro do sistema capitalista que, em geral, fazem crédito com juros altíssimos. As finanças solidárias estão no caminho inverso.

Por fim, acreditamos que os resultados e reflexões parciais desta pesquisa apontam para conclusões (também parciais) no sentido da necessidade de tradução/adaptação/reinvenção local da metodologia de microcrédito para a sua disseminação em comunidades brasileiras. Neste artigo conseguimos seguir parte desta história e contá-la, demonstrando a reimplantação e uma certa direção deste trabalho. “Não existem pontos ou posições num rizoma como se encontra numa estrutura, numa árvore, numa raiz. Existem somente linhas”. (DELEUZE, GUATTARI. p. 15). Encontramos algumas questões-chave (linhas) sobre o microcrédito, as mesmas sendo cada vez mais melhoradas, visando o aperfeiçoamento da experiência. Vale muito seguir o fazer desta ação. Há um desafio colocado, considerando as práticas dos bancos comunitários, que é manter o protagonismo da comunidade na elaboração dessa tecnologia e aproveitar a experiência acumulada.

Referências bibliográficas

REDE BRASILEIRA DE BANCOS COMUNITÁRIOS. Termo de referência dos bancos comunitários de desenvolvimento. Ceará, 2007. Disponível em: <www.institutobancopalmas.org/termo-de-referencia-dos-bancos-comunitarios-de-desenvolvimento>. Acessado em: 26 de setembro de 2020.

INSTITUTO PALMAS. Banco Palmas: 100 perguntas mais frequentes. Ceará. Instituto Palmas, 2008.

MACIEL PEREIRA, Marcos Rodrigo. Dissertação do Programa de Pós-Graduação do Mestrado Profissional em Tecnologia para o Desenvolvimento Social vinculado ao Núcleo Interdisciplinar para o Desenvolvimento Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro (NIDES/UFRJ). Rio de Janeiro, 2018.

FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho, LEAL, Leonardo, RIGO, Ariádne. (2015). Bancos Comunitários de Desenvolvimento na Política Pública de Finanças Solidárias: Apresentando a Realidade do Nordeste e Discutindo Preposições. Desenvolvimento em Questão, v. 13, p. 70-107, 2015.

FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho. (2013). Por que os BCDs são uma forma de organização original? IN: NESOL-USP e Instituto Palmas. Banco Palmas 15 anos: resistindo e inovando. São Paulo: A9 Editora, 2013. p.180 v.1.

SPIEGEL, Peter. Muhammad Yunus, o banqueiro dos pobres. Vargem Grande Paulista, SP: Editora Cidade Nova, 2010

NERI, Marcelo; BUCHMANN, Gabriel; HARRIS, Helen; ANDARI, Ana. (2008). Microcrédito: teoria e prática. IN: NERI, Marcelo (org.). Microcrédito, o Mistério Nordestino e o Grameen Brasileiro: perfil e performance dos clientes do CrediAmigo. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. Introdução: rizoma. Mil platôs, v. 1, p. 11-38, 1995.

MAGALHÃES, Sandra; MELO NETO, João Joaquim. Bancos Comunitários de Desenvolvimento: uma rede sob o controle da comunidade, Fortaleza, CE, 2006.

LATOUR, Bruno. Ciência em ação: como seguir cientistas e engenheiros sociedade afora. São Paulo: UNESP, c1998.

LOBO, Haddock-lobo; RUFINO, Luiz; SIMAS, Luiz Antonio. Arruaças: uma filosofia popular brasileira. Bazar do Tempo, 2020.

QUEM se importa MOEDAS ALTERNATIVAS O 'PALMAS' Legendado em Inglês. Canal Instituto Palmas, [Fortaleza], publicado em 15 dez. 2014. YouTube. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=F5CESijAP08>>. Acesso em: 28 dez. 2017.